



NÓ PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

LUIZ CABRAL INAUGUROU COMPLEXO FABRIL DA SEMAPESCA

O camarada Presidente Luiz Cabral, presidiu na tarde de sábado, a inauguração do primeiro complexo industrial de tratamento de produtos do mar, a Semapesca, uma

sociedade mista franco-guineense. Sendo presentemente o sector das pescas aquele em que o nosso Governo deposita maiores esperanças para a aquisição de divisas e um

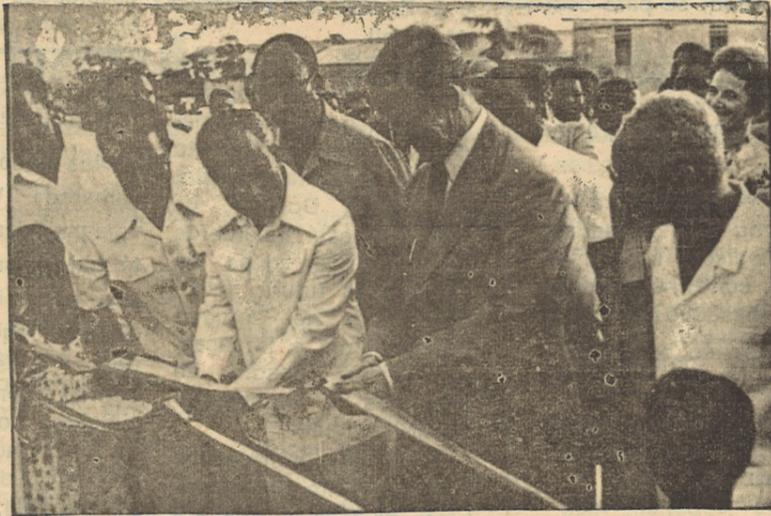
sector vital para o desenvolvimento da economia do nosso país, o camarada Luiz Cabral teceu algumas considerações sobre a sua importância e o papel que tem a desem-

penhar.

Após a sua chegada a Bolola, onde se encontram situadas as instalações da empresa, o camarada Presidente acompanhado do Ministro

francês para a Cooperação, Robert Galley cortou a fita e descobriu a placa comemorativa. Juntamente com

(Continua na página 8)



Momento da inauguração do complexo fábri da Semapesca, vendo-se na segunda gravura o camarada Luis Cabral e o Ministro Robert Galley, cortando a fita

Guiné-Bissau assina Lomé - 2

Os camaradas Vasco Cabral, Comissário de Coordenação Económica e Plano, e Luís Sanca, nosso Embaixador junto da Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), vão assinar em nome do Governo da Guiné-Bissau, a Segunda Convenção de Lomé, tendo para o efeito viajado anteontem, domingo.

De acordo com as informações prestadas pelo camarada Vasco Cabral, o acto de assinatura será antecedido de uma reunião do Conselho dos ministros de países membros, para decidir sobre as últimas questões relativas à cooperação entre a C.E.E. e os Estados da África, Caraíbas e do Pacífico (ACP), membros da Convenção.

«No fundo, é uma reunião quase formal, mas que era absolutamente indispensável para marcar, com certa solenidade este novo passo em frente que se deu, quanto à cooperação entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, dos A.C.P.»

Luiz Cabral iniciou hoje visita oficial à Coreia

O camarada Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado deixou hoje de manhã a capital, a bordo dum avião «Tupolev», iniciando assim a sua anunciada visita oficial à República Popular e Democrática da Coreia, a convite do líder do partido e do povo coreano, Presidente Kim Il Sung.

Esta visita, a primeira que o camarada Presidente faz ao continente asiático, terá a duração de cerca de uma semana. Integram a delegação partidária e governamental nomeadamente os camaradas Victor Saúde Maria, Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Francisca Pereira, Presidente do Comité de Estado da Região de Bolama-Bijagós, Mário Cabral, Comissário de Estado do Desenvolvimento Rural e Samba Lamine Mané, Comissário de Estado dos Recursos Naturais, e o grupo de ballet nacional «Esta é a Nossa Pátria Amada».

O embaixador coreano no nosso país acompanha a delegação.

Acordos de comércio e saúde serão assinados na visita de Nino Vieira à Jugoslávia

Durante a visita que o chefe de Governo, vai permitir discutir com o camarada João Bernardo Vieira (Nino), membro do Secretariado Permanente do CEL do Partido e Comissário Principal, iniciou no domingo passado à República Federativa da Jugoslávia, serão assinados vários acordos de cooperação, nomeadamente, nos domínios do Comércio e da Saúde.

Segundo nos afirmaria o camarada Comissário Principal, esta sua primeira visita oficial, como

para o reforço dessas relações».

Acompanham o camarada João Bernardo Vieira, os camaradas Fidélis Cabral D'Almada, Comissário de Estado da Justiça, Armando Ramos, Comissário de Estado do Comércio Indústria e Artesanato, João da Silva, do Estado-Maior das F.A. R.P., Inácio Semedo, director-geral da Cooperação e Lorena Santos, director-geral dos Recursos Naturais.

ta vai ser mais um passo

* Cooperação Franco-Guineense (ver página- 8)

Para quem a piscina do 24 de Setembro

Camarada director:

Sem querer associar-me à «má língua», como se costuma chamar ao hábito de criticar, por criticar, e desejando falar apenas numa base construtiva, trago hoje à coluna dos leitores, um tema para ser debatido, que é o da piscina «24 de Setembro».

O que é a piscina, e porquê a piscina? Em Bissau, para além do cinema e bailes, de uma forma geral a piscina era um dos poucos meios de as pessoas se distraírem. Muito concorrida, a piscina era frequentada por toda a gente, principalmente nos fins de semana. Entretanto, como era frequentada por «toda a gente» (sãs e não) a piscina tornou-se um perigo, o que acontece em qualquer sítio do mundo, quando não existe uma devida organização. Resultado? Toda uma série de doenças de pele, principalmente, que faziam «companhia» a muita gente, se propagaram na piscina «24 de Setembro», a única em funcionamento na capital.

Normalmente, só quando se vive a experiência, é que se aprende, e assim oficialmente todas as pessoas que quisessem frequentar a piscina, teriam que apresentar um atestado que justificasse o seu estado de saúde.

Entretanto, o tempo passou, e há dias fui ao «24 de Setembro» e qual não foi o meu espanto quando me disseram que a piscina é só para os hóspedes, o que verdadeiramente não sucede, sendo, ao fim e ao cabo, só para cooperantes.

Porquê uma decisão dessas, quando não existem mais piscinas em funcionamento e as praias existentes no país se encontram a grande distância da capital?

Decisões são decisões, pertencendo a humanos, sejam elas rápidas ou bem pensadas. E como decisões são decisões e opiniões são opiniões, a minha, sem ir contra, é que essa decisão pertence ao grupo das que poderiam ser mais bem pensadas visto não haver mais nenhuma piscina em funcionamento.

Mas enfim, como é dos erros que muitas vezes nascem as experiências eficazes, fico com esperanças que aí o mesmo suceda.

MUSCUTA SUNDIAMA

Secretário de Estado angolano chega amanhã a Bissau

É esperado amanhã de manhã na nossa capital, o camarada César Augusto Kiluange, membro do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho e Secretário de Estado angolano dos Antigos Combatentes. A visita é feita a convite do seu homólogo guineense, camarada Paulo Correia.

Em Bissau, o camarada César Augusto terá encontros com responsáveis

do Comissariado de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria e das FARP sobre assuntos ligados a este sector. Será recebido igualmente pelo camarada José Araújo, Secretário Executivo do CEL do Partido e por membros do Estado-Maior General das FARP.

Segundo o programa, o camarada César Augusto,

que viaja acompanhado de mais três elementos da Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes, visitará a cooperativa Francisco Mendes e a de Alfaiates, o centro de prótese, algumas unidades de produção tanto na capital como no interior do país, e os jardins Titina Silá e Josina Machel.

A delegação angolana que deverá deixar o nosso

país no próximo dia 7 de Novembro, terá oportunidade de se deslocar a Bubaque, Bolama e Bafatá. No último dia da sua visita será oferecido um jantar de confraternização. Por outro lado, o Secretário de Estado dos Antigos Combatentes homenageará os nossos heróis nacionais, depositando uma coroa de flores no Mausoléu de Amílcar Cabral.

Vão ser intensificadas novas áreas de cooperação com a República do Brasil

Uma missão conjunta da Guiné-Bissau e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) vai inventariar junto de instituições públicas e privadas brasileiras as áreas idóneas para intensificar a cooperação entre o nosso País e a República Federativa do Brasil.

A missão é composta pelos camaradas Diógenes Oliveira, do Comissariado do Desenvolvimento Económico e Planificação, e Ladislau Dowbor, do PNUD, e está incumbida de identificar zonas de cooperação futura, particularmente no domínio da economia e finanças, estatísticas, gestão de empresas e desenvolvimento regional.

Segundo informações colhidas junto dos membros da missão, deverá ser estabelecido contacto directo, nomeadamente,

com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Fundação Getúlio Vargas e a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Para o êxito desta missão conta-se bastante com o conhecimento dos seus integrantes sobre as necessidades da Guiné-Bissau, pois tanto Diógenes

Oliveira como Ladislau Dowbor são aqui cooperantes há vários anos, e simultaneamente, com a sua facilidade de contactos a nível das instituições que vão colaborar conosco já que um e outro são de nacionalidade brasileira, tendo abandonado, compulsivamente, o Brasil, há nove anos.

Delegação da OSPAA

Nos encontros entre o camarada Vasco Cabral, vice-presidente do Comité guineense Afro-Asiático e a delegação da OSPAA, que visitou o nosso país, foram discutidos problemas relacionados com a situação da África Austral, nomeadamente do Zimbábue e Namíbia, no Médio Oriente e no Sudoeste Asiático. Questões sobre

o desarmamento e desanuviamento e a necessidade dos países do Terceiro Mundo reforçarem a sua solidariedade com esses povos em luta, constituindo assim uma frente unida, estiveram também no centro das conversações.

A delegação visitante era chefiada pelo Secretário-Geral Adjunto da OSPAA, Fassenet Bangoura.

Em S. Vicente Impecável recepção ao BNG

S. Vicente reservou uma recepção impecável à delegação do BNG que ali se deslocou nos dias 25 a 28 do corrente mês, no quadro de intercâmbio entre os Bancos dos dois países irmãos.

Os componentes da caravana foram brindados com uma noite caboverdeana, visitaram vários locais de produção e realizaram um programa desportivo nas modalidades de basquetebol, futebol-salão, ping-pong e ténis, dos quais só venceu o singular de ping-pong. A delegação regressou no passado domingo a Bissau.

Responde o povo

Atraso do ano lectivo- é um transtorno?

Como todos os anos, o atraso da abertura do ano lectivo, do ensino secundário, tem sido um problema que preocupa não só os alunos e os pais, como também a própria direcção do Liceu.

Até agora temos ainda somente 25 cooperantes, o que não permite o funcionamento dos cursos liceais, pelo que não se sabe quando abre o Liceu.

Algumas pessoas revelaram-nos a sua preocupação perante esta situação no âmbito de um inquérito junto ao público.

FALTA DE ESTRUTURA

Antero Cardoso — professor do Liceu — No que se refere ao atraso das aulas acho que é originado sobretudo pela falta de estrutura, herdada do colonialismo português.

A falta de quadros, levava-nos a aquisição de professores cooperantes, o que automaticamente que não depende de nós,

vai influenciar esse atraso.

Quando falamos de atraso, temos que ter em conta, o problema das matrículas que até agora ainda não estão concluídas.

Isso derivado a um aumento vertiginoso dos alunos que acontece todas os anos no Liceu. Nós somos obrigados a fazer uma matrícula provisória,

e só então depois, de fazer o balanço dos alunos que temos, fazemos as matrículas definitivas consoante a idade dos alunos.

Depois de todo este trabalho, fazemos os horários. Como tudo isso leva tempo, somos obrigados, embora contra a nossa vontade, fazer com que as aulas comecem sempre com certo atraso.

FALTA DE QUADROS

Maria Luisa Victória — Doméstica — Já há alguns anos que ano escolar do ensino secundário tem vindo a abrir com um certo atraso.

Este problema é preocupante, sobretudo para nós

do país, que ficamos sempre sem saber quando, e se funciona as aulas do ano lectivo.

Digo isso, porque como também é do conhecimento de todos, o nosso ensino secundário está dependente da vinda ou não dos cooperantes. Isto porque nós ainda não temos quadros formados, o que não nos cabe a culpa, pois somos independentes há tão pouco tempo, e não podemos tornar as coisas fáceis assim num «sopro».

De qualquer das formas, penso que este problema irá ser resolvido dentro de poucos anos, quando começarem a chegar os nossos filhos que se foram formar no es-

trangeiro. Julgo ainda que quando começarmos a trabalhar com professores nacionais, já não haverá necessidade de atrasar o começo do ano escolar, porque não ficamos a espera da vinda dos cooperantes.

PREPARAÇÃO MUITO BAIXA

Maria do Carmo Vaz — estudante — Julgo que o Liceu Nacional, está quase totalmente (no que diz respeito ao funcionamento das aulas), dependente dos cooperantes.

Com a falta desses, ou mesmo com o atraso, somos obrigados a adiar a abertura do ano lectivo, como já vem acontecen-

do nos anos anteriores. Isso prejudica não só os alunos, que são obrigados a dispendir mais esforços para assimilarem a matéria que é dada muito mais rápida e menos aprofundada.

Não sei como e quando vai ser resolvido este problema. Eu gostaria que se arranjasse uma solução para isso, no próximo ano lectivo, porque na verdade os mais prejudicados são os alunos, sobretudo os que acabam o 7.º ano a que são dados as bolsas, indo desse modo com uma preparação muito baixa para o estrangeiro, o que por vezes os obriga a perderem o primeiro ano do curso.

FABRICAR E REPARAR BARCOS

— tarefas para a ONAVE

Reparação naval, metalomecânica geral, (fabricação de embarcações e outros utensílios, são algumas das principais actividades da ONAVE (Oficinas Navais de S. Vicente E. P.), empresa pública criada por despacho n.º 95/78, de 28 de Outubro. Com a transformação das

embarcações e outros utensílios de fibra de vidro.

A reparação naval, que constituiu uma das principais actividades da ONAVE, existe praticamente há mais de cem anos em S. Vicente quando a companhia inglesa Willson & Sons, Comp. L.tdª foi au-

do movimento e de trabalho, a firma teve de passar as suas instalações para a Marinha de Guerra portuguesa que as manteve até à independência do país irmão.

Depois desta data, a companhia passou primeiramente para a tutela do Ministro dos Transportes e Comunicações e mais tarde, veio a tornar-se dependente do Ministério da Coordenação Económica.

Devido à falta de trabalho em determinados momentos, a empresa desenvolveu para além da reparação naval, diversas actividades no domínio da metalomecânica. Existem nas suas instalações, oficinas onde se fabricam por encomenda, desde parafusos a peças para viaturas e outros objectos relacionados com a metalomecânica. Paralelamente, a empresa possui uma secção de fundição, que se encontra actualmente em franco progresso. Aí são fabricadas, também por encomendas, várias peças para barcos como hélices, rodas dentadas, peças para motores, trapiches, etc. Dentro de pouco tempo serão adquiridas caldeiras para fusão de metais com capacidade para 1.200 Kg.

Estas encomendas, geralmente, são feitas por entidades nacionais mas, a empresa tem também

prestado alguns serviços aos barcos estrangeiros, principalmente a yates que ultimamente têm demandado em grande número o Porto Grande de S. Vicente. No domínio da reparação naval, a ONAVE, dispõe de dois planos inclinados um que pode receber barcos com uma tonelagem até 450 TW e outro para barcos de cabotagem máxima de 350 TW.

Isto significa que os barcos caboverdianos de cabotagem podem ser todos alados nos estaleiros da ONAVE sem terem necessidade de se deslocar ao estrangeiro.

A ONAVE tem capacidade para substituir determinados tipos de trabalho que são feitos nas docas de Portugal ou de Las Palmas para onde os barcos se deslocam, normalmente, para reparações. A Unidade de Fibra de vidro constituiu também uma das principais secções da ONAVE, onde são produzidos barcos de recreio, capacetes de segurança, material sanitário, lavatórios, banheiras, etc.

Neste momento, os responsáveis estão empenhados em desenvolver as secções recentemente criadas, que são as de fibra de vidro e de fundição. Por outro lado, está-se a proceder à remodelação das oficinas que são bastante velhas.

Presentemente, as instalações não dispõem de energia eléctrica e as máquinas são movidas por energia fornecida por um motor diesel de 120 cv.

Já estão feitas as encomendas de novos materiais para que dentro em breve as oficinas passem a funcionar em moldes modernos. Entretanto, já foram feitos estudos para a reparação do plano principal que apresenta certas deficiências.

Dos estudos efectuados por um técnico francês, este preconiza dois caminhos a serem seguidos pela ONAVE de forma a tornar a empresa rentável: a primeira possibilidade é a manutenção dos estaleiros como se encontram actualmente, substituindo as máquinas mas, para isso, a empresa teria de dispensar alguns dos seus funcionários; como segunda possibilidade, a empresa podia optar pela industrialização, isto é, manter-se-ia a parte da reparação naval em si e criariam-se novas pequenas unidades que dariam emprego para mais ou menos cem pessoas que é o número de operários empregados pela ONAVE actualmente.



antigas Oficinas Navais de S. Vicente em empresa pública, o Governo pretendeu antes de mais nada, possibilitar o desenvolvimento das suas actividades, quer incrementando os sectores que vem desenvolvendo há bastante tempo, quer englobando novas actividades, como

torizada pelo Governo português a manter uma oficina no então bastante movimentado Porto Grande. Findo o contrato com a companhia inglesa, as instalações foram vendidas à firma portuguesa Virgílio Correia. Posteriormente, com a escassez

Escasseia a água na cidade da Praia

Devido à seca que se repetiu mais este ano, a cidade da Praia, capital da República irmã, encontra-se num momento crítico quanto a abastecimento de água.

É assim que um comunicado do Secretariado Administrativo da Praia alerta para o grave problema, fixando regras para a distribuição de água, tanto domiciliária como através dos fornecedores públicos.

Segundo o comunicado, a cidade da Praia dispõe somente de um débito diário de água de cerca de 1.250 m³, para uma população que segundo as previsões, ronda os 40 mil habitantes, o que perfaz uma média de 30 litros por pessoa e por dia.

Quem é o povo ?

Quem é o povo? Esta é uma pergunta fundamental cuja resposta nos ajuda a melhor conhecer tanto os textos de Cabral, onde a palavra povo surge sempre a condicionar toda a nossa actividade, como até nos princípios do Partido e na política do Estado.

No seminário de Quadros, realizado em 1969, o primeiro Secretário-Geral do PAIGC respondeu pormenorizada e esclarecedoramente a esta pergunta. E é desses textos que extraímos as linhas que se seguem e nas quais o Fundador da nossa Nacionalidade explica qual é para o Partido o conceito exacto do Povo e os seus específicos limites em cada etapa da nossa luta.

«O que é o Povo, quem, é o Povo, afinal», perguntava Cabral, para depois responder:

«Muitos camaradas dizem: oh, o meu Povo. Muitos camaradas, quando cometem erros ou estão atrapalhados com as coisas do Partido, começam logo a falar do Povo. Isso vai acabar aos poucos, mas temos que saber de uma maneira bem clara o que é o Povo. Muitas vezes há gente que fala no Povo para se defender, mas no fundo é contra o Povo.

«A definição do Povo, depende do momento que se vive, na terra.

População é toda a gente, mas o povo já tem que ser considerado em relação à própria história. Mas é preciso definir bem o que é o povo, em cada momento da vida de uma população. Hoje, no Guiné e em Cabo Verde, o povo da Guiné ou povo de Cabo Verde, para nós, é aquela gente que quer

correr com os colonialistas portugueses da nossa terra. Isso é que é o povo, o resto não é da nossa terra nem que tenha nascido nela. Não é povo da nossa terra, é população da nossa terra, mas não é povo. Hoje é isso que define povo da nossa terra. Povo da nossa terra é todo aquele que nasceu na nossa terra, ou na Guiné ou em Cabo Verde, que quer aquela coisa

que corresponde à necessidade fundamental da história da nossa terra, que é o seguinte: acabar com a dominação estrangeira, na nossa terra.

«(...) Vou tentar esclarecer ainda mais este problema:

Toda a gente da população da nossa terra que quer, neste momento, que os colonialistas portugueses saiam da nossa terra, para tomarmos a nossa liberdade e a nossa independência, esses são o nosso povo. Mas entre essa gente há alguns que pegaram no trabalho a sério, que lutam com armas nas mãos, ou no trabalho político ou na instrução ou em qualquer outro ramo, e que estão debaixo da direcção do nosso Partido, esses são o nosso Partido. Se quiserem, a vanguarda do nosso povo é o nosso Partido e o elemento principal do nosso povo, hoje em dia, é a direcção do nosso Partido. Portanto, aqueles que têm amor pelo nosso povo, têm amor pela direcção do nosso Partido.

Quem ainda não entendeu isso, não entendeu nada.

«Isso é nesta fase, neste momento. Mas daqui a algum tempo, quando tomarmos a nossa independência, por exemplo, quem quiser que a nossa terra seja independente, mas que não quer que as mulheres sejam livres, e quiser continuar a explorar as mulheres da nossa terra, esse hoje é povo, mas amanhã já não o será. Se nós queremos que todas as crianças da nossa terra sejam respeitadas e algum de entre nós não quiser isso, esse já será população, não será povo.

«(...) Nós queremos o poder nas mãos do nosso Povo. Aquele que segue o caminho directo, que quer cada dia mais progresso e felicidade na nossa terra, progresso não só para os fulas, não só para mandingas, não só para filhos de caboverdeanos, não só para balantas, progresso para todos, tanto na Guiné como em Cabo Verde, esse faz parte do nosso Povo.



Cabral ca muri

O controle fiscal é fraco

Quem especula e o que é que as autoridades têm feito para frear esta prática no mercado interno, foram duas das perguntas deixadas em suspenso na primeira parte desta reportagem (iniciada na nossa edição n.º 635) e que retomamos hoje com a apresentação de opiniões de responsáveis fiscais, e os nossos comentários.

O açambarcamento começa normalmente com desvios de mercadorias pelos estivadores nos portos e vai passar, com maior acentuação, pelos estabelecimentos comerciais, indo parar nos bicos, ao nariz da população cujo único desejo é ter à sua frente um alimento para matar a fome.

O público tem lastimado e os órgãos de informação já se fizeram eco a propósito da especulação (recorde-se uma extensa reportagem publicada em Fevereiro de 1977). Alguns até chegaram a atribuir culpas aos fiscais comerciais, por «imobilismo total» e possíveis sujeições de «suborno».

O que se passa com os fiscais afinal? Eles existem, mas são como que gotas de água perdidas num oceano. Fomos informados, por intermédio do responsável do departamento de controle económico, camarada Numa Pompílio, que o Comissariado do Comércio dispõe de apenas oito fiscais activos para todo o país.

Haviam sido formados em 1977, por cooperantes portugueses, doze camaradas, quatro dos quais são aproveitados para exercer funções internas no departamento de distribuição de mercadorias aos estabelecimentos comerciais, devido à falta de quadros.

Existem também fiscais de outros departamentos estatais com funções distintas, de acordo com a natureza do seu trabalho, mas tratando-se, no final de contas, de objectivos comuns que são evitar roubos, mercado negro e especulação. São caso disso, os 85 fiscais das Alfândegas (serviços nos portos, aeroportos e zonas fronteiriças), quatro da polícia económica e mais outros do Comité de Estado da Cidade de Bissau (actuando dentro da matéria regulada nas posturas municipais) e dos serviços de saúde e assuntos sociais.

A diversidade do campo de acção desses fiscais podia cobrir grande parte das actividades comerciais no país, se se dispusesse de quadros

suficientes.

Pelo contrário, o trabalho de fiscalização comercial concentra-se mais no centro da capital e, mesmo assim, só conseguem detectar, na maior parte das vezes, casos de infracção que lhes aparecem à vista, nos principais centros comerciais, quando, na verdade, se considera que grande parte do mercado negro se localiza nos subúrbios e na periferia.

PORQUÊ APENAS OITO FISCAIS?

A tarefa de fiscalização requer uma especialização. Ser fiscal implica possuir conhecimentos equilibrados sobre matérias económicas, judiciais e sobre o direito comercial, a fim de permitir aos agentes uma melhor análise e interpretação das leis públicas ligadas à vida económica e comercial.

Tudo isso seria realizável com a contratação de técnicos estrangeiros para a formação de fiscais e a garantia de um vencimento compatível com as funções, pois, um fiscal deve ser bem remunerado para não cair nas tentações de suborno e ter a coragem de defender a sua posição, quando fôr alvo de ameaças e intimidações, como não é raro nessa tarefa penosa.

Para o trabalho de controle se tornar mais eficiente, pelo menos seriam necessários 40 fiscais para Bissau e cem outros para as diferentes regiões do país. Dênde se conclui que os oito elementos actualmente nestas funções, comparados ao grande movimento comercial no país, não são mais que uma ínfima parte das necessidades.

Mas a concretização dessa necessidade vital para a defesa do consumidor depende, segundo o camarada Numa Pompílio das possibilidades do Governo, na concessão de verbas para custear a contratação de cooperantes, aumento do número dos agentes fiscais, assim como os seus vencimentos. Neste momento auferem salário correspondente a 2.º oficial.

O departamento de controle económico tem outras limitações como é o exemplo elementar de meios de comunicação. Todo o serviço de fiscalização é feito a pé, de taberna a taberna, de zona a zona e de mercados a mercados. Periodicamente equipas de duas pessoas saem para regiões, utilizando autocarros da «Silô Diata», sendo os percursos pelos sectores afastados das grandes rodovias, efectuados a pé como é evidente.

O POVO TAMBÉM AÇAMBARCA (?)

O povo, a vítima directa de todo o tipo de especulações, sempre tem comerciais, os fiscais acusado as autoridades em particular, de inactividade face às injustiças de açambarcadores. Foi também, por outro lado, a vez de os fiscais dizerem que o próprio povo fomenta essas infracções, nas palavras de Numa Pompílio. Segundo ele, é uma questão de pouca compreensão por parte das populações, pois, em vez de ajudarem a afugentar os criminosos açambarcadores denunciando-os, limitam-se a encobri-los, corroborando na compra dos produtos do mercado negro. Muitas vezes levam para bichas de géneros, numerosas crianças para comprarem artigos que depois são revendidos.

«Será que o nosso trabalho é só para nós e não para o público em geral?» — interrogou o nosso interlocutor, apelando a todas as populações que ajudem a denunciar os infractores, seja de que origem forem.

Estavamos na Secção da Polícia Económica a aguardar notícias sobre especuladores detidos e ouvimos discretamente uma mulher infractora a explicar a um conhecido ali perto as razões que a levam a praticar a revenda:

«O que é que a gente podia fazer se no meu caso pessoal, tenho seis filhos na escola que precisam de dinheiro e roupa, sem poderem ser atendidos com um salário pobre do meu marido?»

A verdade é que entre o sacrifício e o desejo de um pai ou uma mãe servir o filho, como é seu dever, surge a contradição naqueles que se aproveitam da situação para explorarem os seus seme-

lhantes.

Uma das críticas que o público tem feito relaciona-se com as frequentes campanhas efectuadas nos principais mercados, em acções conjuntas entre fiscais do Comércio e agentes da polícia económica, no meio das quais exigem a verda de certos produtos agrícolas de produção local (badjique, mancarra, feijão, mandioca etc.), a metade do preço de cada montinho.

«Porque não vão baixar primeiro o preço dos géneros nas lojas antes de virem fazê-lo aos produtos que nós lavramos?» — exclamava uma mulher em conversa com o repórter do jornal, no mercado de Bandim. Ela considera que aqueles que cultivam esses produtos e os vêm vender à cidade, ganham muito menos do que as mulheres e djilas intermediários que os vão depois revender a preços altos.

Posto ao corrente de tais argumentos, o camarada Numa Pompílio considerou «mera ignorância» tais interpretações. Nunca se pode comparar o custo de mercadorias importadas com aquelas de cultivo nacional, isentas de taxas de importação e da inflação internacional — salientou.

AMEAÇAS DE MORTE POR FEITIÇO E ESPANCAMENTO

É triste e lamentável, mas não deixa de ser uma verdade a que urge pôr cobro, se na realidade se pretere extirpar da nossa sociedade o medo e a ignorância. Acontece que os fiscais do Comércio têm sido vítimas, segundo Pompílio Benício, de ameaças e de agressões corporais.

Assim, conforme disse o camarada Pompílio, tornou-se vulgar um taberneiro insultar e convidar um fiscal a retirar-se da varanda da sua taberna, mesmo que este se limite a abrigar-se da chuva durante umas horas. No ano passado, um fiscal foi violentamente espancado numa noite, por desconhecidos, numa das esquinas do Bairro de Reno-Gambeafada. Provavelmente teria sido alguém que não escapara de uma multa aplicada pelo fiscal ou que teme a sua aproximação na zona, a fim de evitar que transpire algum segredo. Em Cuntum, bairro

atrás do Hospital «3 de Agosto», o próprio chefe de fiscais, camarada Numa Benício e outros companheiros, foram corridos por grupos de homens traficantes de mercadorias, munidos de punhais, numa noite em que foram surpreendidos em flagrante, desviando objectos ilegalmente.

Todas essas provocações são acompanhadas de ameaças de destruição da vida por meio de sinagogas e feitiços, a qualquer pessoa que trame o negócio ao comerciante das esquinas. Tudo isso pode fracassar as iniciativas de um fiscal se ele não dispõe de um espírito forte e com mentalidade que sobreponha à demagogia do misticismo, como bem o frisou Numa.

GUARDAS FISCAIS E O RIGOR NO CONTROLE

Embora se apresente como um departamento de fiscalização com melhores estruturas de trabalho do que o Comércio, a Polícia Económica, os serviços camarários e outros, as Alfândegas da Guiné-Bissau carecem, ainda, de meios suficientes para a execução eficiente das suas funções. Segundo esclarecimentos do camarada Martinho Lopes dos Santos, responsável interino dos Serviços de Guarda-Fiscal das Alfândegas, o departamento dispõe de 85 homens distribuídos pelo país (o número deverá ser aumentado a partir de Novembro), contando com escassos meios de transportes — uma viatura em Bissau, duas em Gabú e Bafatá e uma em Cacheu.

As suas funções são estritamente de controlar o embarque e descarregamento de mercadorias e de todo o tipo de encomendas nos portos e aeroportos, e em postos de controle nas vias terrestres e em zonas fronteiriças onde o tráfego de pessoas o justificar. Portanto, há postos em Safim, Cacheu, Ingoré, Farim, Bafatá (Sar-Bacar e Saltinho), Gabú (Buruntuma, Pirada e Paunca) e finalmente em Cacheu.

Ainda quanto a actos de tráfico ilegal de mercadorias, é frequente os próprios estivadores da Junta Autónoma dos Portos aproveitarem de faci-

Continua na Página 8

«Estamos a avançar quanto às futuras reformas desenvolvidas e o facto, a necessidade de reestruturação do sistema — se cada vez mais unificados não pareçam, orientarem-se por uma ténica da crise económica solução eficaz e duradoura, especialmente da instabilidade dos países industrializados vias de desenvolvimento recíprocas».

Estas palavras de Victor Saúde Maria Comissário de Estado em debate geral da 34.ª Assembleia das Nações Unidas, no curso que, resumidamente, nosso País, perante a comunidade internacional

Falando das lutas de libertação que se desenrolam em Victor Saúde, afirmou: «ruir impérios, autarquias baluartes coloniais, se assistiu-se à incoerência na vida política, de dezenas de estados emergentes, escombros do passado colonial, constituindo um factor decisivo na transformação do mundo contemporâneo».

Assim, «o progresso de uma humanidade e salto qualitativo e dominante no inequívoco processo de libertação inscreve-se no quadro da dinâmica da luta do nosso povo. Porém, aqui, e aqui assiste tenazmente a luta de opressão dos povos. Fomenta focos de tensão, grupos organizados e guiados cuja responsabilidade incumbe aos amigos da liberdade e emancipação dos povos».

«Por vezes — ainda o Comissário de Negócios Estrangeiros — a intervenção de opressão política, económica e cultural é uma forma acentuada que se manifesta por concretizar uma verdadeira opressão. E, em alguns casos, particularmente, a acção de dominação colonial exercida pelos regimes minoritários, a opressão abate-se sobre as grandes maiorias, a ténica da opressão manifesta-se gritadamente o que leva a uma resistência popular a assumir a luta armada, o último recurso para prevalecer as suas razões legítimas — a verdade, a paz e a justiça. É o que vem acontecendo na África Ocidental, no Sahara Ocidental, no Médio Oriente, em Timor Leste onde a ténica da revolução opõe à violência a opressão ilegítima e a resistência armada».

em um momento de incerteza económica entre os países do Terceiro Mundo. De tomarem medidas de reestruturamento económico internacional torna-se embora os países desenvolvidos presente data, dispostos a A importância e a persistência demonstram que qualquer problema, depende essencialmente do novo tipo de relações entre os países avançados e os países em desenvolvimento na base da igualdade e var-

proferidas pelo camarada Victor Saude Maria do CEL do Partido e dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 11 deste mês. O discurso representa a posição oficial do nosso país sobre as principais questões da actua-

A ÁFRICA DO SUL ATRAVESSA GRANDE CRISE ECONÓMICA

Referindo-se ao problema da África do Sul, o chefe da diplomacia guineense salientaria que ela atravessa uma crise económica resultante da recessão do mundo capitalista, da queda dos investimentos e da prática restrita do apartheid, bloqueando a total utilização dos recursos humanos e materiais desse país. Uma tal situação desestabiliza a economia e explica as razões pelas quais os apologistas do apartheid, em convivência com as potências imperialistas orquestram alternativas de solução aos problemas do Zimbabwe e da Namíbia. Com efeito, assistimos, nos últimos tempos, a um vasto desenvolvimento de manobras que visam a eliminação da cena política dos movimentos de libertação que representam os legítimos interesses e as profundas aspirações dos povos africanos desta região, à independência».

Toda a gente sabe que se conjugam esforços para instalar regimes fantoches, tais como os governos que apresentam as características de bantustão da África do Sul. Como precisou o camarada Victor Saude Maria, «na Namíbia, o estabelecimento da chamada Assembleia Constituinte, só pode ser interpretado como prelúdio da proclamação de uma independência unilateral pelos colonos racistas e os seus agentes negros. Não podemos admitir tal descaramento!»

«De igual modo, no Zimbabwe, está-se em presença de um regime fantoche concebido após um pretenso acordo interno manipulado pelos racistas. Colónia do Reino Unido, à luz das normas internacionais, a

Guiné-Bissau na Assembleia Geral da ONU

Cada vez mais urgente a reestruturação do sistema económico internacional

Rodésia, que possui uma constituição ilegal, produto de um regime ilegal, não tem nenhuma qualificação jurídica, nenhuma autoridade política ou força moral, podendo fazer admitir os resultados de uma pseudo eleição realizada nesse território».

No que respeita à nossa solidariedade com os povos sul-africanos em luta, o camarada Comissário frisou que, «engajados numa guerra de libertação nacional quanto penosa quanto difícil (conhecemos uma tal experiência), os verdadeiros combatentes pela independência do Zimbabwe e da Namíbia emergem aos nossos olhos como os mais autênticos defensores das ideias da Carta da nossa Organização. Amílcar Cabral diria que eles são os combatentes anónimos da ONU».

«É preciso sublinhar, ainda, que são as populações inocentes da Zâmbia, de Angola e Moçambique, em particular, que suportam o pesado fardo da guerra de agressão dirigida pelos regimes minoritários e racistas, tornando-se necessário que a solidariedade internacional se desenvolva de forma mais concreta concorrendo, deste modo, para que esses países possam pôr em aplicação as resoluções pertinentes da ONU».

O DEVER DE AJUDAR

No que concerne ao Sahara Ocidental, face a uma nova situação criada graças ao enorme e contínuo sucesso da heróica luta de libertação do povo saharauí sob a direcção da Frente Polisário, Victor Saude Maria acrescentaria que as importantes vitórias militares dos combatentes da Frente Polisário «suscitam a admiração dos povos amantes da liberdade e atraem cada vez mais, a atenção e o apoio da Comunidade Internacional conduzindo, assim, aos sucessos diplomáticos que nós todos conhecemos. Todos os países independentes e, nomeadamente, aqueles que ainda ontem gemiam sob as botas do colonialismo,

têm o dever imperativo de dar a sua contribuição para acelerar o processo de descolonização em curso, com vista a reestabelecer os direitos imprescritíveis do povo saharauí — à liberdade e à independência».

É nesta óptica que o nosso Governo, aproveitou esta oportunidade para felicitar-se pela decisão do Governo da Mauritânia, de se retirar do conflito e de reconhecer o direito à autodeterminação e à soberania do povo saharauí sobre o território que ilegalmente ocupava. «E esperamos que o Governo marroquino não se demorará em escutar a voz da razão e, sobretudo, saberá respeitar a decisão da última cimeira da OUA e as resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas».

Também o problema da luta do povo maubere em Timor-Leste foi levantado pelo camarada Comissário na sua intervenção, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ele reafirmou o nosso apoio militante à justa luta desse povo, conduzida pela Fretilin, no sentido de reconquistar a sua personalidade jurídica, internacional cruel e desumanamente usurpada pela Indonésia.

A acrescentar disse: «Exortamos a Comunidade Internacional e a consciência das Nações a tomar todas as medidas necessárias que a presente situação impõe, para a retirada total das tropas da Indonésia de Timor-Leste e o exercício pelo povo maubere do seu direito à autodeterminação

e à independência».

Quanto à situação que reina em Chipre, nas palavras do chefe da diplomacia do Guiné-Bissau, esperamos que, as negociações em curso poderão atingir uma solução justa e durável tendo em consideração a integridade territorial e a soberania nacional do Chipre e o direito de ambas as comunidades — grega e turca — de conviverem num clima de paz e na unidade».

É UTÓPICO IGNORAR O DIREITO DO POVO PALESTINIANO

O problema do Médio Oriente é outra fonte de profunda preocupação. Por isso se lhe referiu Victor Saude Maria:

«A complexidade da grave situação que reina no Médio Oriente e o seu reflexo negativo nas relações internacionais, não podem ser ignoradas por ninguém. Daí, utópico seria pretender resolver satisfatoriamente o problema do Médio Oriente, ignorando «a priori» a sua causa central — os direitos inalienáveis do povo palestino. Utópico seria ainda ignorar as resoluções pertinentes da ONU e marginalizar a Organização da Libertação da Palestina, o único e legítimo representante do povo palestino. Reiteramos a nossa opinião de que toda a solução negociada e que não vise, de antemão, a restituição dos territórios árabes ocupados depois de 1967 e a criação de um Estado palestino, estará inexoravelmente

votada ao fracasso».

Segundo o camarada Comissário Victor Saude Maria, a luta dos povos da América Latina, rumo à reconquista dos seus direitos nacionais e ao livre exercício da sua soberania também registou um salto qualitativo. «A recuperação do canal do Panamá é uma conquista do povo panamenho que saudamos como uma vitória virada para a consolidação da sua independência política e económica».

«Na Nicarágua — continuou — um impressionante levantamento popular onde a Frente sandinista, consubstanciou as legítimas aspirações à liberdade e à justiça social das camadas mais desfavorecidas, acaba de derrubar a mais antiga, senão a mais retrógrada, das ditaduras da América Latina. A transcendência histórica dos acontecimentos operados na Nicarágua, constitui uma severa advertência aos regimes impopulares e ditatoriais. A Guiné-Bissau apoia com firmeza o Governo Provisório surgido dessa luta, como a única expressão autêntica do povo nicaraguense».

OS PAÍSES DESENVOLVIDOS QUEREM PRESERVAR AS RELAÇÕES ECONÓMICAS EXISTENTES

Ao abordar problemas económicos e questões relacionadas com a nova ordem económica internacional, Saude Maria frisou que se nos afigura porém, que os países de-

envolvidos se prendem obstinadamente ao mecanismo estrutural existente, tendente a perpetuar a situação de sub-desenvolvimento e relações de dominação e exploração a fim de preservar os benefícios que uma ordem política-económica discriminatória lhes concedeu, injusta e inadmissivelmente. É daí que decorre a permanência de solidariedade activa e eficaz entre os países em desenvolvimento e o reconhecimento da existência de interesses e imperativos comuns, podendo induzir à instauração de uma nova ordem económica internacional que possibilite a independência económica ao serviço do autêntico desenvolvimento».

No quadro do Ano Internacional da Criança, o Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros acha, no seu discurso, que se torna uma necessidade imediata estabelecer uma nova e mais justa ordem económica internacional promover profundas transformações sociais internas capazes de assegurar «um futuro mais belo e mais humano às gerações vindouras».

A terminar, o camarada Victor Saude Maria saudou o recente acordo soviético-americano (SALT II), com vista «à limitação das armas estratégicas ofensivas: Para além de ser um acto decisivo na busca de soluções para o problema do desarmamento global completo, poderá significar o prelúdio de uma nova era de distensão internacional».

Argélia comemora o 25.º aniversário do desencadeamento da luta armada

Cento e quarenta países e trinta e seis partidos políticos amigos foram convidados a assistirem às cerimónias que marcarão no próximo dia 1 de Novembro, na Argélia o 25.º aniversário do desencadeamento da luta armada de libertação naquele país.

Sem nenhuma indicação quanto à lista dos chefes de Estado que estarão presentes a estas festividades, indicamos que convites pessoais foram dirigidos aos presidentes em exercício da OUA e do Movimento dos Não-Alinhados, bem como dos países árabes e vizinhos da Argélia.

O Presidente argelino, Chadli Bendjedid pronunciará um discurso um desfile popular e militar será organizado na quinta-feira na capital, enquanto que na quarta-feira a equipa argelina de futebol defrontará o «Bayern de Munique». Outras cerimónias e manifesta-

ções populares desenrolar-se-ão igualmente em todo o país.

As delegações da República do Guiné-Bissau, chefiada pelo camarada André Pedro Gomes, membro do CEL do Partido e do Estado-Maior das FARP, e da República irmã de Cabo Verde, dirigida pelo camarada Osvaldo Lopes da Silva, membro do CEL do Partido e Ministro da Coordenação Económica, seguiram ontem de manhã para a capital argelina a fim de representarem os nossos países nas comemorações.

Integram ainda a delegação guineense os camaradas José Nancassa, membro do CSL do PAIGC e chefe adjunto da Direcção Política Nacional das FARP e Alexandre Nunes Correia, Secretário-Geral do Comissariado dos Negócios Estrangeiros.

Sporting, 0 — UDIB, 2

Mau trabalho das três equipas

Para se ser campeão é preciso somar o maior número de pontos. É precisamente isso que a UDIB tem vindo a fazer, deixando para mais tarde — supomos — a execução de outros pormonores

No sábado à tarde a turma da UDIB voltou a não agradar, a não praticar uma pontinha de futebol, mas a conquistar os tais pontos que possibilitam a conquista do título. O seu adversário, o Sporting, que jogou um pouco melhor levou como «prémio» uma derrota de duas bolas sem resposta.

Que os «leões» não tenham merecido tal sorte, ou se quisermos, este castigo, é uma grande verdade, mas também não deixa de ser verdade se se afirmar que a UDIB não teve culpa disso. Pelos vistos, ela foi desejada pelos próprios «leões».

Os sportinguistas cometeram erros de palmaria e de maneira. Não vamos aqui dar lição ao técnico «leonino», mas apenas apontar o seu quinhão. Uma equipa competitiva é formada à base dos melhores valores, por outras palavras, à base dos elementos que maior rendimento dão numa determinada competição. Ora, isso não foi levado em conta pelo treinador do Sporting, que fez sentar no banco dos suplentes, Mui e Raul, — o hábil defesa esquerdo Peter nem sequer lá esteve — jogadores com qualidades para impulsionar os homens da linha avançada (não sabem finalizar) a jogarem para o golo. Na altura em que os mandou

entrar, (para cúmulo, Mui foi jogar a extremo esquerdo em vez de médio, lugar que o notabilizou como jogador), já os seus colegas restavam apenas com «meio-gás». Mas os erros técnicos do treinador «leonino» não ficaram por aí a nosso ver o lugar ocupado por Paquete que até não jogou assim tão mal, mas que não está ainda a cem por cento devia ser preenchido por Carlos Santos, a posição deste por Mui e o lugar de médio direito seria ocupada ou por Paquete ou por Raul, não falando da opção Peter no lugar de Djurto.

O treinador da UDIB também se deixou arrastar pelos mesmos erros nos primeiros 45 minutos ao optar por Domingos Cá, a atravessar um mau momento de forma em vez de Lássana. Só que na segunda parte teve visão suficiente para o evitar, optando por aquele que atravessa melhor momento de forma, Lássana. Resultado: ganhou o

jogo. Pois, foi Lássana que abriu o caminho da vitória marcando para a sua equipa numa altura — 53 minutos — em que o Sporting parecia acentuar as suas «palmadinhas nas costas» do adversário. Foi Lássana ainda, que serviu o mais perigoso (até ao momento) ponta-de-lança deste nacional, Papa, que viria a marcar perante a passividade da defesa «Leonina» que ficou parada a reclamar fora de jogo o tento de tranquilidade, no minuto 59.

Falando do jogo em si, damos mil voltas à memória e não nos lembramos de ter havido outras jogadas de perigo dignas desse nome, que não fossem os dois remates de Papa (sempre ele), o primeiro contra o poste e o segundo que Barreto defendeu com dificuldade fazendo a bola passar por cima da baliza, um cruzamen-

to inglório de Ocante sem finalizador, e oito perdas dos sportinguistas Rui (1), Rodolfo (3), Paquete 1 — o pontapé levava «selo» de golo, mas João Domingos apareceu no momento «H» a substituir o guarda-redes Bracia), Nicolau (2) e Pá (1), uns por atrasarem no tempo de remate, outros por preferirem endossar o esférico ao parceiro com menos possibilidades de remate fatal, quando a palavra de ordem era «fuzilar a baliza». E quando um jogo é disputado por equipas como a do Sporting e da UDIB rende apenas este número de ocasiões (11) chamadas de perigo, só pode significar uma coisa: pouca produtividade dos dois conjuntos, o que na linguagem futebolística se chama espectáculo pobre. Aliás, a primeira parte deste encontro, pa-

receu mais um desafio entre velhas-guardas. Os dois tentos obtidos no período complementar vieram a dar aos minutos finais um arzinho de graça.

O árbitro Gregório Baidupa que a crítica apontou na época transacta como sendo o melhor homem do apito, decepcionou bastante. Os erros que cometeu foram de

palmaria. Deixou passar faltas que exigiam cartão vermelho, caso concreto da agressão mútua Rodolfo-Bracia. No aspecto de fora-de-jogo, o seu fiscal-de-linha, Adelino Teixeira, associou-se a ele, o árbitro, tendo os dois cometido barracas de tamanho grande, em prejuízo de ambos os «teams».

Totobola

O concurso número 7 do Totobola nacional foi o mais fraco em termos de receitas, verificado até ao momento. Rendeu apenas 38.827,50 pesos, facto que se deve ao não envio de boletins ao interior do País devido ao atraso verificado na feitura destes.

2.749 pesos saíram deste montante, destinando-se a ajuda para a construção do estádio Lino Correia. Assim, foi de 9.706,50 PG o montante para cada prémio. Recordamos que os serviços do Totobola

registaram no total 1.130 boletins com 12.330 apostas.

Eis a chave deste concurso:

Gil Vicente	Amalício	x
Paredes	Bragança	x
Leixões	Benafiel	1
Chaves	J. Lamas	1
Portalegrense	Oliveirense	1
Covilhã	J. Santarém	1
A. Viseu	Torriense	1
Alcobaça	Académico	x
Caldas	Portalegre	1
Lusitano	Desp. Beja	1
Amora	arense	1
Atlético	Nacional	x
C. Piedade	Oriental	x

Ajuda Sport, 4 — Bafatá, 0

O melhor espectáculo exibido neste fim-de-semana no estádio Lino Correia, verificou-se no embate que opôs a equipa do Ajuda Sport à do Sporting de Bafatá.

A primeira parte decorreu em muita boa toada, ambas as balizas estiveram várias vezes em perigo. O Ajuda tentava visar a baliza adversária com pontapés fortes disparados fora da área. O Bafatá recorria a tática diferente: conduzia o ataque no seu flanco esquerdo onde o defesa Braima Baió dificilmente ganhava lances ao extremo do esquerdo Adão. Este, progredia até à linha de fundo para daí cruzar, ingloriamente, para a cabeça ou para o peito de um contrário. Os seus companheiros do ataque deixavam-se sempre antecipar pelos defesas ajudenses.

Foi nesta toada de parada e resposta que o Ajuda, numa descida rápida até à área adversária, abriu o activo, decorria o minuto 35, por intermédio do seu pautador de jogo, Beto Pontes. O Bafatá não se desmoralizou com o tento sofrido, continuou a jogar de igu-

al para igual com o seu antagonista mas os ajudenses, para segurarem esta vantagem até ao intervalo, usaram o seu antídoto habitual, jogo aéreo, do qual tira sempre bom proveito.

A segunda parte iniciou-se, como a primeira, em bom ritmo e equilíbrio notório. Chegámos a pensar na recuperação do Bafatá. Entretanto, o autogolo do guarda-redes Malam — até então impecável — e a substituição do melhor médio bafatense, Pedro, por Mafuge, operada aos 65 minutos, apressaram e tornaram fácil a vitória do Ajuda Sport.

Os outros dois golos foram marcados por Estevão aos 75 minutos e pelo «miúdo» Pepas, aos 80, na transformação de penalty, a castigar falta cometida sobre ele. Atendendo ao que a formação do leste fez, o resultado não condiz com a verdade do jogo.

O trabalho do árbitro da partida, Veléz, foi regular, pecando só nas faltas de jogo perigoso cometidas pelos jogadores de ambas as formações, mas mais pelos ajudenses.

Resultados da jornada

Com a excepção do jogo Tombal Sabú, interrompido por causa das chuvas que caíram minutos depois do início da partida, registaram os seguintes resultados: Sporting, 0 — UDIB, 2; Ajuda Sport, 4 — Bafatá, 0; Balantas, 4 — Farim, 1; Bula, 0 — Estrela Negra de Bissau, 1; Benfica, 2 — Ténis Clube, 0; Estrela Negra de Bolama, 3 — Bissorá, 1 e Quinara, 0 — Cantchurgo, 2.

Costa do Sol Campeão de Moçambique

MUPUTO — O Clube de Desportos da Costa do Sol, de Maputo, sagrou-se campeão de futebol de Moçambique, ao empatar a uma bola com o Maxaquene, na derradeira jornada da fase final do campeonato.

Os resultados da última jornada foram os seguintes: Ferroviário do Maputo, Textáfrica do Chimóio, 4-0; Costa do Sol, Maxaquene, 1-1.

A classificação final ficou ordenada do seguinte modo: 1.º Costa do Sol, 7 pontos; 2.º Maxaquene, 6; 3.º Textáfrica, 5; 4.º Palmeiras da Beira, Ferroviário da Beira e Ferroviário do Maputo.

Taça dos Clubes Campeões

KINSHASA — A União de Douala bateu o Cercle Sportif Imana (Kinshasa) por 2-1 com 2-0 ao intervalo. O jogo teve lugar no domingo, no estádio «20 de Maio» em Kinshasa e contava para as meias-finais da Taça de África dos Clubes Campeões.

O encontro da segunda mão terá lugar em Douala de domingo passado a quinze dias.

Ghana, foi ganhar o U.S. Corée, em Dakar, por 2-1, na

Por seu lado, o «Hearts of Oks», campeão do Ghana, foi ganhar o U.S. Gorée, em Dakar, por 2-1, na primeira mão da Taça de África dos Clubes Campeões. No primeiro tempo, os ghanenses venciam por 2-0.

«Gor Mahia» campeão do Quénia

NAIROBI — O Clube «Gor Mahia» sagrou-se campeão do Quénia na modalidade de futebol ao bater no jogo da última jornada do nacional de 1979, o seu perseguidor mais directo por 1-0. Assim, o Clube «Gor Mahia» conquistou o direito de representar o seu país, nas próximas competições dos clubes campeões de África. Por outro lado, os campeões do Quénia qualificarão-se para o próximo torneio regional de África Central e Oriental, que terá lugar em Janeiro próximo, em Dar-es-Salam (Tanzânia).

Benfica, 2 — Ténis, 0

Um Benfica em rodagem e jogando a meio gás, derrotou no domingo, um Ténis Clube promissor, mas que ainda não se encontrou neste início de campeonato.

A jogar segura na defesa onde Mariano (ex-Estrela Negra de Bolama) já garantiu o lugar, o Benfica apoderou-se desde o início do comando do jogo, embora o seu meio-campo ainda dê mostras de falta de combinação.

Por outro lado, os tenistas, um tanto desmoralizados, falharam muito no capítulo de domínio da bola. Durante os primeiros 45 minutos foram incapazes de sacudir a pressão encarrada pelo oportuno M'Pinté e pelos irrequietos Djossé, ex-Ténista e Yussufi. Foi assim, num jogo algo morto, que a formação de Parente fez 2-0, golos de M'Pinté e Lebre.

No segundo tempo, o Ténis Clube entrou a jogar ao primeiro toque, e solicitando com frequência o seu corredor esquerdo, onde veio sofrer uma impietável marcação por parte do capitão Agostinho. No entanto, o Benfica acabou por se impor novamente, mas sem conseguir aumentar o marcador, por falta de atenção e de velocidade na grande área. Com a equipa alva a dar pouca réplica, a partida resvalou mais uma vez para a monotonia, cortada algumas vezes pelas perdas de Djossé e Yussufi.

Mário Laurentino terá cometido um erro ao deixar no banco dos suplentes, Pedro Gomes, um médio com muita experiência.

Romão Morado arbitrou bem, num jogo onde a correcção também foi nota dominante. A assistência foi muito fraca.

Fim do luto em Angola Neto honrado

LUANDA — O fim do luto nacional que prevaleceu em todo o território angolano durante 45 dias, por motivo do falecimento no dia 10 de Setembro do corrente ano em Moscovo, do Presidente Agostinho Neto, fundador da nação angolana e do MPLA-Partido do Trabalho, foi assinalado na passada sexta-feira com a concentração de todos os trabalhadores em frente dos seus locais de trabalho e com uma declaração do Bureau Político do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho.

Nas fábricas, quartéis, hospitais e escolas, o povo concentrou-se para assinalar conjuntamente o fim do luto nacional, de acordo com o comunicado do Bureau Político.

As 13 horas do dia 20 de Outubro, ouviu-se através da Rádio Nacional de Angola o hino nacional, seguido de um minuto de silêncio e da leitura da declaração do Bureau Político, escutado e respeitado por todo o povo angolano, que deste modo homenageou aquele que foi o seu guia e educador, o presidente Neto.

O acto central desenrolou-se na sede nacional do Partido, onde na presença de José Eduardo dos Santos, Presidente

do MPLA-Partido do Trabalho e de Angola, dos mais altos dirigentes do partido e do governo, Maria Mambó Care, membro do Comité Central leu a declaração do Bureau Político sobre o decorrer do luto em todo o país.

A declaração suprimiu a maneira significativa como os operários, camponeses, intelectuais e soldados das FAPLA manifestaram a sua dor por ocasião do desaparecimento físico do guia mortal da revolução angolana.

O Bureau Político declarou que todos testemunharam através de milhares de telegramas «a sua determinação em seguir fielmente os ensinamentos e orientações do fundador da nação e do MPLA-Partido do Trabalho».

O documento evocou também o apreço e admiração testemunhados pelos chefes de Estado e de governo, partidos progressistas, organizações e personalidades de todos os continentes, pela forma exemplar como o presidente Agostinho Neto dirigia os destinos da nação angolana e se empenhava no apoio efectivo aos povos ainda oprimidos e explorados, pela paz e progresso universal.

Coreia do Sul depois da morte do fascista Park Chung Hee

Existe uma grande incerteza quanto ao futuro político da Coreia do Sul depois do assassinato, na sexta-feira à noite, do antigo ditador sul-coreano Park Chung Hee e do seu responsável de segurança pelo director da polícia secreta deste país Kim Jai Kyu.

Enquanto as universidades estão fechadas e a imprensa se encontra sob censura, o comandante da lei marcial, instaurado no dia da morte do ditador, anunciou anteontem, que o assassinato de Park Hee foi premeditado. Todo o território foi colocado em estado de emergência, com os aeroportos fechados.

Em Seul, capital do país, os

nove dias de luto nacional, aceites tacitamente pela «oposição» como uma trégua política, deram ao presidente interino Chei Kyu Hah (antigo Primeiro-Ministro) a ocasião necessária para reorganizar o governo. No plano político, os observadores consideram que a questão constitucional é a mais perigosa.

A morte do ditador Park exacerbou a campanha de oposição contra a Constituição de 1972 que Park tinha instituído para assegurar a sua continuação no poder. Os novos dirigentes de Seul indicaram que vão prosseguir as grandes linhas da política de Park.

Sahara Ocidental: Perigo de internacionalização do conflito

A decisão, do presidente americano Jimmy Carter de aumentar os fornecimentos de armamentos e de equipamentos de guerra ao Marrocos embora já fosse esperada, provocou comentários inquietos dos especialistas da situação no Sahara Ocidental e na região.

Todos são unânimes em considerar que esta decisão provocará a internacionalização do conflito, nomeadamente pela ingerência de outros Estados, económica e militarmente mais poderosos.

O presidente egípcio Sadate deu o primeiro sinal de ingerência directa de outros países nos assuntos do Sahara Ocidental, ao declarar que o seu país enviava armas ao Marrocos. O secretário-geral da Frente Polisário, Mohamed Abde-

laziz, informou na quinta-feira passada em Trípoli que «mais de 3 mil soldados egípcios trabalham actualmente ao lado do exército marroquino».

Por seu lado, o Marrocos considera também que o diferendo está em vias de se internacionalizar.

Na actual situação, não há dúvidas de que se o Marrocos se aproveitar do armamento moderno fornecido por Washington para intensificar a guerra de agressão no Sahara, o que segundo o jornal argeino «El Moudjahid» Rabat tentaria fazer, pois o rei Hassan teria anunciado «a sua recusa de toda a negociação com a Frente Polisário», esta pediria uma ajuda externa maior, solução indesejada, mas in-

dispensável para a defesa dos seus interesses.

Por outro lado, é certo que a Argélia não permaneceria de braços cruzados, enquanto o seu belo vizinho do ocidente moderniza o seu exército.

A decisão americana de reforçar o potencial militar do Marrocos foi largamente condenada. Além de constituir um desafio às decisões das instâncias internacionais, particularmente a ONU e a OUA — que reconhecem ao povo saharaoui o direito à autodeterminação e à independência — contém em si, como afirmou o jornal «El Moudjahid», «os germes de uma conflagração regional, cujas múltiplas consequências não são todas previsíveis».

Reconstrução no Ghana

Prioridade ao sector produtivo

O novo presidente do Ghana, dr. Hilla Liman, declarou que o seu governo daria prioridade ao sector produtivo da economia e não ao sector comercial que causou muitos problemas ao país.

Durante um encontro com a imprensa, em que fez o ponto da situação da nação, Liman assegurou aos investidores estrangeiros que o seu país

não nacionalizaria nenhuma empresa estrangeira. Indicou contudo que todos os acordos assinados dantes com as companhias estrangeiras e consideradas contrários aos interesses da nação, seriam reexaminados.

O presidente atribuiu os actuais problemas económicos ghanenses à má planificação durante os regimes militares anteriores e indicou que o seu governo precisará de técnicos estrangeiros para o assistirem na planificação da economia.

Falando sobre as forças armadas ghanenses, o presidente Liman precisou que estas sofreriam uma profunda modificação e que seriam empregadas em trabalhos para os quais estavam formados. Por exemplo, indicou os soldados do regimento da engenharia militar, trabalharão nos projectos de construção.

O chefe de Estado ghanense reafirmou que o seu governo seria aberto e baseado numa democracia de participação onde a imprensa terá um

papel importante a desempenhar.

Por outro lado, lançou uma severa advertência a todos os «que se entregam a práticas anti-sociais e persistem em intrujar a população», nomeadamente no que respeita ao preço das mercadorias correntes. Anunciou a sua determinação em lutar «firmemente e sem piedade», contra os autores «destes abusos detestáveis que causaram tantos sofrimentos no passado».

Apelou à população a agrupar-se em «comités de vigilância» por todo o Ghana, nas cidades, aldeias e ao longo das fronteiras do país, a fim de acabar com «a verdadeira ameaça que constituem o tráfico de alimentos a especulação e o mercado negro».

Pediu também aos trabalhadores ghanenses para não realçarem os conflitos sociais «que só agravam as dificuldades da nação» num momento em que o «Ghana «mais precisa de paz e tranquilidade».

ANGOLA NA FAO E NO PAM

LUANDA — A República Popular de Angola foi eleita recentemente como membro do comitê de políticas da Organização dos Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Programa Alimentar Mundial (PAM), soube-se fonte oficial em Luanda (Angol).

CÂMARA FRIGORÍFICA NO BENIN

COTONU — Um empreendimento frigorífico de 500 metros cúbicos foi recentemente inaugurado no porto autónomo de Cotonu. Este novo empreendimento contribuirá nos esforços desenvolvidos pelo povo beninense para garantir a sua autosuficiência alimentar e satisfazer as exigências de exportação dos seus produtos agrícolas.

TELECOMUNICAÇÕES NO QUÊNIA

NAIROBI — Durante os 16 anos de sua existência independente Quênia registou um importante progresso no domínio das telecomunicações. Em 1963, as redes telefónicas do país da África Oriental serviam um pouco mais de 25 mil clientes. Actualmente, o país conta com 96 linhas telefónicas. Os trabalhos de construção da primeira antena da estação terrestre de telecomunicações por satélites terminaram em Nairobi. — (TAS)

CASTIGOS NO CONGO

BRAZAVILLE — Vinte e três oficiais militares foram demitidos do Exército Popular Nacional do Congo (APN), anunciou um decreto presidencial publicado no sábado em capital congoleza. Estes oficiais figuram entre dois antigos membros do ex-Comité Militar do Congo (CMP), o tenente coronel Jean Michel Boudou e o capitão Nicolas Boudou. — (FP)

COMBATES NO KURDISTÃO

TEERÃO — Violentos confrontos registaram-se anteontem de manhã em Boukan (a 80 quilómetros de Mahabad) entre os kurdos e «Guarda da Revolução» (n.º islâmica), segundo o diário iraniano. Dois «kurdos» foram feridos, quanto se desconhecem eventuais perdas dos kurdos, indicou a imprensa acrescentando que a luta continua a reinar nas cidades do Kurdistão iraniano. — (FP)

Baixas sul-africanas na Namíbia

DAFNESSALAM — Vários aviões militares sul-africanos assim como camiões, foram abatidos no mês passado pelas forças da Organização dos

povos do Sudoeste Africano (SWAPO), afirmou um comunicado tornado público no sábado em DAFNESSALAM (Tanzânia) por esta Organização.

O comunicado acrescentou que mais de 35 soldados sul-africanos tinham sido igualmente mortos pelos membros da

SWAPO durante o mesmo período.

O texto que desmente as perdas da SWAPO na Namíbia anunciadas pela

África do Sul, afirma, pelo contrário, ter ocasionado a esta última pesadas perdas tanto em homens como em material. — (FP)

Comissão Mista de Cooperação Franco-Guineense: A França intensifica apoio à produção agro-industrial

Como resultado de reunião da Comissão Mista Guiné-Bissau/França, efectuada no sábado passado em Bissau, a França esta disposta a assumir, durante o ano de 1980, o financiamento de algumas acções em que se dispensa larga prioridade, seguindo o chefe da delegação francesa, aos esforços relativos à produção agrícola, sobretudo aos problemas de mancarra, ao apoio à indústria agro-alimentar, ao domínio das infraestruturas, formação de quadros e ajuda alimentar.

Além disso, a parte francesa está disposta a financiar um montante de cerca de 80 milhões de pesos para assistência técnica do projecto agro-industrial de Cumeré, à construção de 24 apartamentos para alojamento aos quadros franceses que prestam assistência técnica em vários projectos em curso na Guiné-Bissau e à concessão de uma ajuda alimentar na ordem de duas mil toneladas de cereais.

A reunião, chefiada do nosso lado, pelo Comissário de Estado da Coordenação Económica e Plano, camarada Vasco Cabral, e do lado francês, pelo Ministro de Cooperação, Robert Galley, enquadra-se nos esforços comuns de aplicação do

acordo de cooperação cultural, científico e económico assinado em França, a 12 de Abril de 1976.

De acordo com o documento final da reunião

sectores ligados ao Desenvolvimento Rural, Telecomunicações, Recursos Naturais, Educação, Saúde, Pescas, Finanças e Plano, Desenvolvimento

lho administrativo para os diversos projectos em que participa aquele país europeu, assim como do Centro Cultural Francês. Ainda no sector de De-

nova fracção de dinheiro, no montante de 24 milhões de pesos, sendo 20 milhões para o prosseguimento das acções do projecto actual e quatro milhões para a Pecuária.

No domínio das telecomunicações, prevê-se entre outras coisas, a criação de um posto de Assistência Técnica, um crédito para apoio logístico de mais de três milhões de pesos, para facilitar a acção dessa assistência técnica e bolsas de estagio nesse mesmo domínio.

De igual forma, um acordo foi conseguido para financiamento de 24 milhões de pesos para a prospecção geológica assim como o início de financiamento de uma terceira fracção de 16 milhões de pesos, com vista a assegurar a continuidade do projecto em curso.

A parte guineense solicitou um crédito de apoio logístico para o gabinete geológico, estimado em quatro milhões de pesos.



Os chefes das duas delegações, Vasco Cabral e Robert Galley, no acto da assinatura do relatório verbal

de sábado, importantes passos foram dados para o aumento de financiamento aos diversos projectos em curso no nosso país, nomeadamente nos

Industrial, Obras Públicas e Transportes.

Aponta-se também, a construção em breve, de um Prédio que servirá para a instalação do apare-

envolvimento Rural, a parte guineense exprimiu a sua satisfação pelas condições em que se desenrola o projecto já existente, e foi libertada uma

Complexo fabril da Semapesca

Cont. da 1.ª pág.

o camarada João Bernardo Vieira, Comissário Principal, membros do Partido e do Governo e trabalhadores da empresa, percorreu demoradamente a gigantesca instalação desta unidade de produção.

Durante a sua intervenção, Luiz Cabral salientou que «para corresponder a todos os sacrifícios que os seus filhos consentiram para a sua libertação, a nossa terra tem que procurar um caminho de amizade e cooperação com todos os povos do mundo, na construção efectiva de progresso e bem estar do nosso povo.»

Os laços longos que ligam a França à África foram referidos pelo camarada Presidente, «laços longos que tiveram momentos de dor e de injustiça. Mas sabemos que tudo isso são momentos da história das relações entre a Europa e a África. «Hoje com a nossa terra livre e independente, as relações seculares entre a

Europa e a África «podem ser uma força para o esforço do desenvolvimento da nossa terra. É naquilo que há de positivo entre os dois continentes que vamos buscar a força para desenvolver uma cooperação válida para a nossa terra e para os nossos associados europeus.»

A confiança que sempre depositámos nas relações entre os homens, foi focada pelo Presidente do Conselho de Estado no acto inaugural da Semapesca nos seguintes termos:

«Seja qual fôr a grandeza de um Estado ou a pobreza de outros, as relações entre os homens têm uma força que pode accionar muitas máquinas e levantar as maiores montanhas. Nessa base dos laços que criámos com os nossos associados é que acreditamos que os homens só podem aumentar a sua confiança na medida em que são capazes de fazer qualquer coisa juntos e cada construção conjunta seja para consolidar, desen-

volver e criar condições para aumentar os laços de amizade e solidariedade».

Definindo a palavra cooperação, Luiz Cabral precisaria que defendemos o mais que podemos os interesses da nossa terra e do nosso povo. «Sabemos que as associações que fazemos com outros povos do mundo só poderão ter valor para as duas partes. O camarada Amílcar Cabral dizia que se chama cooperação a uma coisa que vale às duas partes. Quando vale a uma só chama-se caridade e esta nunca serviu o progresso de ninguém no mundo.»

A iniciar o acto solene começou por usar da palavra do director-geral adjunto da Semapesca, camarada António Morais que falou de todo o processo de produção desta empresa, o seu objectivo e metas a atingir. Após ter frisado o apoio do Secretaria de Estado das Pescas, reafirmou a «determinação em aperfeiçoar cada dia mais o nosso trabalho com o objectivo de responder satisfatoriamente às res-

ponsabilidades que em nós foi depositada».

Seguidamente, falaria o camarada Joseph Turpin, Secretário de Estado das Pescas que demonstraria o duplo interesse deste complexo; primeiro, a tecnologia de tratamento de peixe que vamos adquirir e a formação de mão de obra qualificada e, segundo, o interesse económico que representará para as partes constituintes. O camarada Turpin exorta também os trabalhadores para, em espírito de equipa, trabalho e disciplina, fazerem tudo que seja ao seu alcance para aumentar a produção e a produtividade.

Ainda artes da intervenção do Presidente Luiz Cabral, o Ministro francês para a cooperação reafirmou os esforços que o seu país faz hoje para ajudar a Guiné-Bissau no caminho do desenvolvimento porque a «França tem vocação de ajudar os países em vias de desenvolvimento que, como vocês, querem assegurar melhores condições de vida aos seus povos».

Breves

ALERTA NO LAOS

BANGKOK — As forças armadas laocianas foram colocadas em estado de alerta para fazerem face às «perturbações» verificadas no norte do Laos (fronteira com a China), anunciou ontem a Rádio-Vienciana captada em Bangkok. «Para protegerem eficazmente o país, o governo e o quartel-general do exército laociano pediram aos soldados para «terem as suas armas prontas para responderem a qualquer ataque inimigo», acrescentou a rádio. (FP)

PATASSE REFUGIA-SE NUMA EMBAIXADA

BANGUI — Ange Patasse, antigo Primeiro-Ministro centro-africano e opositor do actual presidente da República Centro-Africana David Dacko, deixou a casa onde se encontrava sob residência vigiada refugiando-se numa representação diplomática. Depois disso, o exército dinamitou a casa. (FP)

SUICÍDIO DUM MINISTRO

VERSALHES — Robert Boulin, ministro francês do Trabalho de 59 anos de idade, foi encontrado morto hoje de manhã na floresta de Rambouillet, estendido perto do seu automóvel. O tribunal de Versalhes indicou que se trata de um suicídio. (FP)

PEPRESSÃO EM SÃO SALVADOR

SAN JOSÉ — A polícia e o exército de El Salvador dispararam sobre centenas de pessoas que manifestavam pacificamente na capital do país. Os manifestantes exigiam aumento de salários, diminuição dos preços dos artigos da primeira necessidade, libertação dos presos políticos e informações sobre o paradeiro de 500 patriotas considerados «desaparecidos» pelo anterior regime. (Tass)

A questão de abastecimento

Cont. das centrais

lidades de acesso aos barcos para roubarem muitos objectos que não escapam ao mercado negro. O camarada Martinho confirmou tais actos muitas vezes descobertos pelos guardas-fiscais.

Mas ao lado da honestidade profissional, surgem também, por vezes aqueles que se deixam levar pelo suborno, facilitando a fuga de certos produtos, em troca de gratificações, ou em prova de reconhecimento dos laços de amizade e parentesco que ligam o fiscal ao infractor. Estas afirmações baseiam-se em factos concretos contados, por aqueles a quem foram dadas facilidades de «desenrascar» cargas.